

Desenvolvimento Sustentável

Admara Schneider¹

Estes breves comentários resultam da reflexão acerca das exposições apresentadas no evento realizado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, durante os meses de maio e junho de 2012, sobre desenvolvimento sustentável

Várias foram as abordagens sobre os temas relativos ao crescimento populacional, desenvolvimento urbano, etc., bem como a problemática destas questões com a conservação ambiental e o desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Discorreremos então sobre o que ouvimos, pensamos e concluímos das exposições do evento realizado.

1. IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE E INFORMAÇÃO

O primeiro ponto que se mostra sobremaneira importante é a necessidade de conscientizar todos os humanos acerca da importância do Meio Ambiente.

O grifo sob a palavra é proposital. No atual estágio desenvolvimentista mundial e do crescimento tecnológico e populacional, é preciso que estejamos todos imbuídos da ideia de que a preservação da natureza parte de todas as pequenas e grandes condutas de todos e quaisquer seres que estejam sobre a terra.

Vejo, em muitos casos, o absoluto desprezo para com regras mínimas de conservacionismo e a necessidade premente de implementá-las.

¹ Juíza da Comarca de Paraty.

Posso exemplificar uma: no Brasil nós não temos o costume, a tradição, de coleta seletiva de lixo em nosso dia a dia. Embora tenhamos programas de reciclagem de resíduos, o lixo hoje constitui um enorme problema e nenhuma política séria e eficaz visando ao futuro se avizinha.

Outro exemplo sobremaneira paralisante diz respeito à constatação de que temos uma enorme população urbana à margem do desenvolvimento humano, sem água, saneamento ou esgotamento. Contudo, de forma paradoxal, possuem no interior de suas casas, algumas vezes simples “baracos”, eletrodomésticos e aparelhos eletroeletrônicos de última geração, cuja energia para funcionamento advém de ligações irregulares (gatos).

Vivemos numa sociedade capitalista, cuja existência se finca no consumo de bens. É certo que o conforto constitui meta do desenvolvimento humano. Contudo é necessário fazermos uma reflexão e adotarmos uma postura consciente, disseminando por meio da educação uma séria política de conscientização sobre o impacto causado pelo consumo desmedido e inconsciente, com descarte de resíduos sem devido “tratamento”.

2. USO RACIONAL DE BENS

Há alguns anos, quando assumi a titularidade da Comarca de Paraty, comecei a me deparar com questões em que a conservação ambiental já era objeto de ponderação e preocupação.

Afrentada com a matéria, comecei a buscar subsídios para firmar entendimentos e qual não foi a minha surpresa ao descobrir que conservação ambiental era assunto intrinsecamente ligado a consumo.

A primeira reação foi de perplexidade. Mas, posteriormente, após refletir sobre a correlação, chega-se à conclusão de que efetivamente o mercado capitalista se sustenta por sobre uma sociedade de consumo cujo refluxo gera uma massa de resíduos incomensurável, seja durante a produção industrial, seja após o despejo dos bens inservíveis.

Neste diapasão, deparamo-nos com uma crescente produção tecnológica em constante desenvolvimento, gerando materiais cujo descarte é especialmente lesivo ao ambiente.

Diante de tudo isso, temos o ser humano, ávido por bens de consumo que lhe possam propiciar melhor qualidade de vida, conforto, acesso a informações, etc.

Portanto, o desafio do terceiro milênio será conseguir equilibrar o consumo com o conservacionismo ambiental.

3. CONSERVAÇÃO

Quando falamos em conservação, temos uma série de enfoques que devemos analisar. Nesta exposição vou partir de um microsistema que é Paraty, sua cidade *versus* Mata Atlântica, como exemplo para macrossistemas, tais como as metrópoles do Hemisfério Sul.

Como qualquer outra cidade do chamado terceiro mundo, Paraty vem sendo submetida ao um crescimento populacional mais acelerado do que a política de desenvolvimento imobiliário. Logo temos construções irregulares em locais ainda não estruturados para receber o homem.

O Município possui várias áreas com tombamentos superpostos e é o que concentra em uma única unidade política a maior área de Mata Atlântica preservada.

Então, a primeira ideia que temos leva-nos a concluir que a afiação de “boxes de cimento” (casas) causarão danos ambientais em locais de preservação. Contudo, algumas vezes, a acessão com cimento e outros materiais causa menos danos do que o impacto gerado pelo uso dessas construções.

Devemos observar que, mais uma vez, estaremos ligados ao consumo, pois fixado o homem num local não preparado, teremos o uso de águas servíveis colhidas sem o devido controle do Estado. Igualmente de-

jetos e detritos sem devido tratamento, o que poderá inclusive contaminar o lençol freático. O uso de iluminação, interferindo diretamente na flora e na fauna, além de movimentação constante de pessoas, veículos em locais sem a devida estrutura.

Tais circunstâncias desbordam do simples dano ambiental para gerar repercussão constante e, por via de regra, aumentando exponencialmente para incontável impacto ambiental, impossível de evitar, cessar ou mesmo limitar, como tem acontecido nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro.

O que chamamos, então, de desenvolvimento sustentável é a necessidade de disciplinar a convivência do homem com o meio ambiente de forma a assegurar que o primeiro não interferirá no segundo, de tal forma que a existência poderá ser posta em risco.

4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PROPRIAMENTE DITO

Num passado não muito distante, quando conversávamos sobre conservação ambiental, lembrávamos logo de indústrias e empresas cujo resultado de suas produções era emissão de gases prejudiciais à saúde. Esta preocupação ainda é vigente, mas a tecnologia vem operando em prol da humanidade.

Atualmente, quando falamos em conservação ambiental, o assunto passa inexoravelmente por sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

Então qual será este conceito? Muitos doutrinadores e técnicos procuram um conceito denso, prolixo, complexo sobre o assunto. No entanto, podemos, de forma simplificada, dizer que desenvolvimento sustentável é o conjunto de medidas necessárias para adequar a sobrevivência humana com conforto e dignidade sem prejudicar o meio ambiente.

Tal conceito, apesar de simples, está a revelar a necessidade premen-

te de implementação de medidas de educação e conscientização ambientais para viabilizar que cada um de nós possa não só se preocupar, mas também contribuir para evitar a degradação, por exemplo, com a coleta seletiva de lixo, o que deve ser iniciado desde o primeiro ciclo escolar.

Numa visão um pouco mais complexa e difícil, temos a necessidade de uniformizar as regras que disciplinam a utilização de locais de área de preservação ambiental, delimitando as de preservação permanente e implementando os planos de gestão do primeiro, inclusive e, se possível, com a utilização dos meios privados como forma de compensação.

Par e passo, é preciso exigir do Estado incentivo ao desenvolvimento imobiliário de baixa e média rendas, com projetos de estrutura de fornecimento de água, luz, esgoto, além de transporte público coletivo de preferência com uso de veículos não poluentes.

No entanto, o Estado nem sempre ou quase nunca, possui meios de promover tais políticas. Resta, então, lançar mão de incentivos a entidades e empresas privadas para viabilizar programas cujo fim seja efetivação de tais medidas.

E certo que na região da Costa Verde temos algumas empresas que lá se fixaram que, de forma paradoxal, apesar de sua natureza atentatória ao ambiente, conseguiram em verdade manter longas áreas verdes de Mata Atlântica intocada.

Vejamos o exemplo da usina nuclear de Angra dos Reis. Tida como anátema para os conservacionistas da década de 80 e 90, chegou-se à conclusão de que a energia nuclear poderia ser considerada limpa na virada do século. Com o terremoto no Japão, o conceito veio a ser execrado novamente. Mas o fato é que graças a existência da usina e pela enormidade de área de recuo inserida dentro da Mata Atlântica, temos uma área livre da desocupação desordenada.

Então, se por um lado vemos com perplexidade a localização de uma usina nuclear em área absolutamente verde, por outro temos que concluir

que somente através dela foi possível evitar a degradação da área de floresta. É esquizofrênica, incongruente, mas real conclusão !

Algo parecido vem ocorrendo na região do Mamanguá, em Paraty. Berçário natural, começaram a ser erguidas residências na década de 90 e hoje são estas famílias que buscam a preservação daquela área, já que o Estado não tem meios de promover a fiscalização do local, só acessível por barcos.

5. CONCLUSÃO

O resultado inexorável a que chegamos quando afrentados com questões inerentes a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, será a necessidade de gerar pelo Estado uma forma de regular a ação privada do homem, delimitando espaços e suas destinações, incentivando programas de desenvolvimento social e economicamente viáveis, e mediante parceria público-privada, alcançar meios de fiscalizar de forma eficiente o cumprimento dessas delimitações.

Par e passo, não pode deixar ao largo a obrigatória necessidade de implementar políticas educacionais e de esclarecimentos à população acerca dos direitos e deveres inerentes a cada indivíduo como repercussão de sua cidadania.

Estas eram as achegas que entendi pertinentes.◆